



# Anais da Assembléia

Nº 149

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1997.

ANO XLII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES-H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadig; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rany Borzato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Salame - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nivalvo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartório - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Inêzu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1997

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2085-K3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

REQUERIMENTO Nº 2085-M3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 418/97, que tinha por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, tendo em vista que a referida entidade já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 10.998.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2085-N3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 339/97, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2085-J3

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, seja formada uma Comissão Parlamentar, composta de um membro de cada partido com assento nesta Casa, para acompanhar o conflito ocorrido em Santa Isabel do Ivaí, em que, cerca de 80 homens encapuzados promoveram despejo de 52 famílias de sem-terra na madrugada de ontem, queimando as casas dos sem-terra, com todos os seus pertences.

O presente requerimento justifica-se pela necessidade de uma intermediação política no conflito, em face da tensão e gravidade da situação que se instalou na região.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

DOCTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti e Nereu Moura.

REQUERIMENTO Nº 2085-L3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de voto de congratulações à Diretoria do Jornal Indústria & Comércio, pela passagem de seu 21º aniversário.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) VALDIR ROSSONI

## JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma justa homenagem a este brilhante jornal da capital paranaense, que tem contribuído de forma decisiva para com a qualidade de informação e, conseqüentemente, esclarecimento da população em relação aos assuntos de interesse do Estado, ao longo de 21 anos.

O Jornal Indústria & Comércio é também, o único em nosso Estado, especializado em economia, prestando valiosas informações aos seus leitores, no que se refere a investimentos e operações financeiras, não só do Paraná, mas de todo o país.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

## REQUERIMENTO Nº 2085-T3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Município de Mallet, representado pelo Prefeito Municipal; pela passagem, neste dia 21/09/96, dos seus 85 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) TOTI COLAÇO

## JUSTIFICATIVA:

Em 1884, algumas famílias organizadas em grupos, saíram com o objetivo de encontrar novas terras, onde iniciariam uma nova vida. A caminhada os levava para a zona meridional. Ao todo eram 15 famílias, uma verdadeira "bandeira povoadora", que se lançou rumo ao sertão desconhecido. Os desbravadores chegaram ao atual Município de Mallet e fundaram o povoado de Rio Claro, se lançando ao cultivo da lavoura.

No ano de 1890, chega a região a primeira leva de imigrantes poloneses, estabelecendo-se cada família em lotes de 10 alqueires, especialmente destinadas a elas. A partir daí, o povoado tomou novos rumos, crescendo satisfatoriamente. Não demorou muito e foi construída uma capela em louvor à Nossa Senhora do Rosário, que em pouco tempo foi ampliada, dando origem à Igreja Matriz.

Em 1895 chegaram ao lugar os imigrantes ucranianos. Logo o Distrito dispunha de três clubes recreativos, um polonês, outro ucraniano e por fim o brasileiro.

Em 1903, foi inaugurada a Estação Ferroviária, que recebeu o nome de Marechal Mallet. Com o progresso, centenas

de pessoas afluíram ao lugar, que não tardou a se firmar como pólo comercial.

A partir de 1909, são fundados novos núcleos coloniais, que passaram a imprimir maior desenvolvimento à região. Desta forma, pela Lei Estadual nº 1189, de 25.04.1912, foi criado o Município de São Pedro de Mallet, tendo Rio Claro como distrito. A instalação oficial se deu em 21 de setembro de 1912, tendo sido desmembrado de São Mateus do Sul.

Durante o Movimento Revolucionário de 1924, o Município de Mallet seria palco de operações militares, quando o Hospital de Evacuação de Mallet deixou registrado seus feitos na historiografia brasileira.

Atualmente, Mallet conta com 12.655 habitantes. Povo honesto e trabalhador. Tem como padroeiro São Pedro, está a 216 km da Capital do Estado.

Parabéns, Mallet!

## REQUERIMENTO Nº 2085-U3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Arquimedes Gasparotto, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos em benefício da população e progresso do Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## JUSTIFICATIVA:

Arquimedes Gasparotto, natural de Marília - SP, nascido em 09 de setembro de 1948, casado com Edite Pegoraro Gasparotto, com quem formou uma bela família de quatro filhos: Kely, Arquimedes Júnior, Francielli e Thiago.

Arquimedes, cidadão dos mais populares de Barbosa Ferraz, cidade que reside há mais de 27 anos, exercendo a profissão de lavrador e farmacêutico, em 1971 fundou a Farmácia Marília.

Homem humilde, solidário e preocupado com as causas populares, especialmente das famílias mais carentes do seu município. Desenvolve há muitos anos um significativo trabalho na área de assistência social, atividade que o levou a ser vereador, secretário de saúde e vice-Prefeito do município, atividades sempre exercidas com seriedade e desprendimento.

Por suas atividades profissionais e políticas na área de assistência social, Arquimedes é altamente considerado e respeitado por toda comunidade

de Barbosa Ferraz, merecedor de homenagens desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2085-V3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Exma. Sra. Cleide Cesco Mucillo, Vereadora de Jacarezinho, pelos relevantes trabalhos prestados às famílias carentes na área de assistência social.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Cleide Cesco Mucillo, natural de Jacarezinho, filha de Waldemar Cesco e Elza Camargo Cesco, casada com Venilton Pacheco Mucillo, com quem formou uma família exemplar.

Cleide já trabalhou como auxiliar de escritório na Comercial Piazza de Materiais de Construção e escriturária na Prefeitura Municipal. Em 1976, formou-se em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, com sede em Jacarezinho, onde recebeu medalha de Honra ao Mérito, por tratar-se de estudante exemplar.

Como advogada atuou na Assistência Judiciária do Fórum da Comarca, atualmente advoga em seu escritório particular, nas áreas de família, cível e administrativa e na secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, onde é assessora jurídica.

Pelos relevantes trabalhos desenvolvidos ao atendimento de famílias carentes na área jurídica e assistência social, Cleide foi eleita vereadora em 1996, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, função que proporcionou a ampliação do seu trabalho para outros setores do município.

Cleide, como Vereadora, vem recebendo elogios da comunidade pela forma desprendida e solidária que atua no parlamento e pelo atendimento individual que desenvolve em benefício de famílias menos favorecidas.

Por tais fatos, entendemos ser merecedora de homenagem desta Casa de Leis, motivando-a para ampliação do seu trabalho na área social, jurídica e parlamentar.

REQUERIMENTO Nº 2085-W3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Sr. Adelar Thomé,

líder comunitário de Francisco Beltrão, pelas relevantes atividades desenvolvidas em benefício da população daquela cidade.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Adelar Thomé, natural de Francisco Beltrão, nascido em 10 de dezembro de 1962, casado com Iraci T. Thomé, com quem formou uma família com dois filhos: Jackson e Jéssica.

Adelar exerce no município diversas atividades comunitárias, através de associações de bairros, APMs, clubes esportivos, igreja, Conselho Municipal de Saúde e Habitação, da União Municipal das Associações de Moradores de Francisco Beltrão e da União por Moradia Popular do Paraná, entidade em que exerce a função de Coordenador Regional.

Através do trabalho que desenvolve há muitos anos, na organização popular e na defesa dos direitos dos trabalhadores, Adelar é reconhecido pela população como um líder comunitário exemplar, dedicado às causas dos menos favorecidos e do progresso de Francisco Beltrão.

Pelo seu desprendimento e dedicação, reconhecemos neste líder comunitário um cidadão exemplar, merecedor de homenagens desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2085-X3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Município de Rebouças, representado pelo Prefeito Municipal, pela passagem, neste dia 21/09/97, dos seus 67 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Entre 1902 e 1904, quando em Rebouças chegaram os trilhos da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, em homenagem do engenheiro orientador dos trabalhos de construção desta ferrovia, o distrito passou a denominar-se Antonio Rebouças, passando a município em 31 de março de 1930, pela Lei Estadual nº 2738, subordinado judicialmente, ao Termo de São João do Triunfo e jurisdição da Comarca de São Mateus do Sul, conservando aquela denominação até 1943, quando foi simplificada para Rebouças, em virtude de existir no Estado de São Paulo um Distrito com o nome de Antonio Rebouças.

A sede municipal permaneceu por alguns anos na categoria de Vila, até alcançar o título de cidade.

O município é constituído de um único distrito. Em 1936, pelo Decreto nº 93, de 18 de junho, o município foi elevado à termo de Comarca, desmembrando-se de São João do Triunfo, e integrando à Comarca de Irati.

Por Decreto Estadual nº 5097, do Governo de Manoel Ribas, em 1º de dezembro de 1937, foi elevado à categoria de Comarca de 1ª Entrância, reestruturado nesta categoria pela lei Estadual de 14 de setembro de 1948.

A sua área municipal é de 490 km², altitude de 780 metros acima do nível do mar; o clima é temperado, havendo freqüentes ocorrências de geadas no inverno. O censo de 1990, realizado pelo IBGE, revelou uma população de 13.109 habitantes. O gentílico das pessoas nascidas no município é Reboucense.

Principais atividades: 40% do movimento financeiro do município é representado pela agricultura; 20% pela indústria extrativa; 15% pela indústria em geral; 13% pelo comércio e 12% pela pecuária. Considerando-se os menores que ajudam na agropecuária, calcula-se em 70% a população dedicada a esta atividade, contra 30% dedicada à indústria, comércio e prestação de serviços.

As principais indústrias são do ramo de cerâmica, serraria e fábrica de farinha de milho. As demais ocupam-se dos ramos de móveis, artefatos de madeira, de cimento e beneficiamento de cereais.

No setor de transporte e comunicações, os ônibus do Expresso Princesa dos Campos, fazem a ligação de Rebouças com as cidades vizinhas, com linhas para Ponta Grossa e União da Vitória. Passa pelo município a empresa Lapeana, que liga Irati - São Mateus do Sul - Lapa. Outra empresa é a J. Araújo, que liga Mallet - Curitiba. No setor de comunicações, está instalada na cidade uma agência dos Correios, mais de duas centenas de aparelhos telefônicos da TELEPAR e a Rádio Alvorada do Sul.

Parabéns Rebouças! "Capital da Amizade".

#### REQUERIMENTO Nº 2085-Y3

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Município de São Mateus do Sul, represen-

tado pelo Prefeito Municipal; pela passagem, neste dia 21/09/97, de mais um aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

A inicial povoação, que deu origem ao atual Município de São Mateus do Sul, advém de um pouso de tropeiros.

Com o território desmembrado de São João do Triunfo, no dia 2 de abril de 1908, pela Lei Estadual nº 763, foi criado o Município de São Mateus, cuja instalação se deu em 21 de setembro do mesmo ano.

Através do Decreto Lei nº 199, do dia 30 de dezembro de 1943, a Comarca. o Termo, o Município e o Distrito passam a se chamar São Mateus do Sul.

Atualmente com uma população de 35.760 habitantes, tem como padroeira a Nossa Senhora da Assunção.

São Mateus do Sul está localizada a 150 km da Capital do Estado.

Ao laborioso povo de São Mateus do Sul, nossos mais sinceros parabéns!

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 468/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da secretaria de Estado do Esporte e Turismo a construir no Município de Paranavaí, uma pista de atletismo, através do "Projeto Joaquim Cruz".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo a inclusão do Município de Paranavaí no "Projeto Joaquim Cruz", que visa a instalação de uma pista de atletismo, já que aquela cidade tem expressivo potencial em todos os esportes e em especial o atletismo.

Reavivamos que em passado recente, tivemos a oportunidade de pleitear junto àquela Secretaria, incentivos para o Sr. Jefferson de Jesus Lopes, atleta do nosso município, que participou do Campeonato Pan-americano Juvenil/97, em Cuba, com brilhante colocação de 4º lugar no salto triplo, alcançando a marca de 15,34 metros. Em breve futuro, este nosso atleta para-

naense participará do Mundial de Atletismo/98, na França.

Destacamos ainda, a atuação do Sr. Jairo Venancio, também atleta de Paranaíba, que no mesmo campeonato de Cuba, classificou-se em 3º lugar, o que vem desta forma, reafirmar nosso entusiasmo pelo projeto e demonstrar a potencialidade desses nossos atletas paranaenses, da Região Noroeste, que sem dúvida devem receber todo apoio, incentivo e condições do poder público para continuar participando de expressivas competições nacionais e internacionais, que elevem o nome do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 469/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná, à Sra. Juril de Plácido e Silva Carnasciali.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A trajetória de vida da Sra. Juril de Plácido e Silva Carnasciali tem sido pautada pela dignidade, honradez e competência no desempenho de suas atribuições.

Portadora de elevado espírito público, participa de vários movimentos que objetivam a melhoria das condições de vida da população nas mais variadas áreas. Tendo seu valor reconhecido através de diplomas expedidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como pela Rede Feminina de Combate ao Câncer, pela COHAB, pela Academia de Cultura de Curitiba, entre outras instituições de significativa expressão.

Tendo sido presidente da ABRAJET - Associação Brasileira de Jornalistas Escritores de Turismo, atualmente é jornalista da Gazeta do Povo, empresária, presidente da Fundação e Centro de Pesquisas e Ensino de Pediatria, Conselheira da Cruz Vermelha Brasileira - Paraná, Conselheira do Movimento Cívico-Renovador, sendo também, assessora de relações públicas do Instituto Pró-Cidadania. Assumiu recentemente a presidência da Campanha Nacional das Escolas das Comunidades.

Em função destas e de outras atividades de elevado teor social, realizadas pela Sra. Juril de Plácido e Silva Carnasciali, solicitamos aos no-

bres Parlamentares desta casa o seu importante apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 470/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Núcleo Social Batista, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, nº 3050, na Cidade de Umuarama, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

O Núcleo Social Batista, tem por finalidade o atendimento às famílias carentes do município, visando a promoção social e econômica das famílias inscritas, através dos programas específicos em cada faixa etária; profissionalização e capacitação profissional dos inscritos; assistência ao menor, com encaminhamento aos recursos existentes na comunidade; e orientação religiosa.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei, que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 471/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro Crescendo-Paraná - Associação do Deficiente Relacionado com Distúrbios do Crescimento, com sede e foro nesta Capital de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(a) CESAR SELEME

## JUSTIFICATIVA:

O Grupo Crescendo-Paraná - Associação do Deficiente Físico Relacionado com Distúrbios do Crescimento - entidade filantrópica, sem fins lucrativos, coordenado por um grupo de pessoas abnegadas e dedicadas ao bem estar das pessoas portadoras de deficiências físicas relacionadas com distúrbios do crescimento, vem desenvolvendo um trabalho incansável, promovendo e divulgando a entidade para obter melhor tratamento médico do deficiente físico, relacionado com o crescimento em nosso Estado.

Dentro do programa assistencial desenvolvido pelo grupo, estão a assistência e integração social, a promoção de atividades que dizem respeito a sua assistência e promoção social, incluso na família, em todos os campos da atividade humana, sejam eles sociais, esportivos, de lazer e trabalho.

Devido ao exposto e aos demais programas elaborados por este grupo em prol dos deficientes e necessitados, achamos o mesmo merecedor da Utilidade Pública Estadual.

## DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins de direito que se fizerem necessários, que a Diretoria do Grupo Crescendo-Paraná - Associação do Deficiente Físico relacionado com os Distúrbios do Crescimento, com sede e foro nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, não é remunerada e nada recebe pelos serviços prestados em prol do bem estar das pessoas necessitadas.

E por ser verdade o acima exposto, firmamos esta declaração, para que surta os seus efeitos necessários.

Curitiba, 17 de setembro de 1997.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

DUÍLIO GENARI

HORÁCIO RODRIGUES

## PROJETO DE LEI Nº 472/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. Cid Flaquer Scartezzini.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.97.

(aa) ANIBAL KHURY

JOEL COIMBRA

## JUSTIFICATIVA:

Nascido na capital do Estado de São Paulo, o Dr. Cid Flaquer Scarte-

zzini, sempre palmilhando pelos caminhos do autodidatismo em vários campos do saber humano, abraçou a Magistratura como profissão, e desde então toda a sua vida tem sido dedicada as atribuições judiciárias, prestando ao longo destes anos um exemplo de serviço à sociedade.

Com o conhecimento que já possuía como homem inteiramente voltado para assuntos da comunidade, foi eleito vereador do Município de Santo André / SP, onde permaneceu de 1957 até 1964, tendo exercido os cargos de Presidente das Comissões de Cultura e Finanças, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça por quatro vezes e ainda a Presidência da Câmara Municipal no período legislativo de 1961, sempre desempenhando com denodo essa função pública.

Na Magistratura, foi nomeado em 1967 como Juiz Federal Titular na 2ª Vara - Seção Judiciária de São Paulo, perante o egrégio Tribunal Federal de Recursos em Brasília.

No ano de 1967, foi escolhido pelo egrégio Tribunal Federal de Recursos para representar a Justiça Federal como Juiz Substituto do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, no Estado de São Paulo.

Em junho de 1969, foi escolhido e nomeado Juiz Efetivo do egrégio Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, na qualidade de representante da Justiça Federal.

Em abril de 1981, foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Membro do Conselho de Administração do ex-TFR, de março/85 a abril/89, quando foi instalado o Superior Tribunal de Justiça.

Membro suplente eleito do Conselho da Justiça Federal no biênio 87/89.

Em abril/89 foi empossado Ministro do Superior Tribunal de Justiça, como membro do Conselho de Administração do STJ.

Membro Efetivo eleito do Conselho da Justiça Federal para o biênio 89/91.

Em 19 de outubro de 1990, foi empossado Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.

Em 10 de dezembro de 1992, foi empossado membro efetivo do TSE.

Em 04 de abril de 1994, foi eleito Corregedor-Geral Eleitoral.

Participou como observador internacional, representando a Justiça Eleitoral Brasileira, nas eleições gerais realizadas nas Repúblicas de El



Salvador e do Panamá, respectivamente realizadas em 20/03/94 e 08/05/94.

Pelo brilhantismo de sua conduta como Magistrado, e pela sua participação em diversos Seminários e Congressos como expositor e debatedor, principalmente na área de Criminologia de Drogas e Crime Organizado e Tráfico de Drogas, além de diversas conferências no Brasil e no exterior sobre o tema "A Realidade Brasileira na Questão do Tóxico e Entorpecentes" foi agraciado com as seguintes Distinções Honrosas:

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau Grande-Oficial.

Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Grau Comendador.

Ordem do Ipiranga, Estado de São Paulo, no Grau Grande-Oficial.

Ordem do Mérito Militar, no Grau Comendador.

Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau Grande-Oficial.

Ordem do Mérito Naval, no Grau Grande-Oficial.

Ordem do Mérito Brasília, no governo do DF.

Ordem do Mérito Judiciário do Rio de Janeiro.

Ordem do Mérito Judiciário, Pedro Lessa, TRF - 3ª Região.

Ordem do Mérito Militar das Forças Armadas, no Grau Grande-Oficial.

Ordem do Mérito Aeronáutico, por promoção, no Grau Grande-Oficial.

E com as seguintes Medalhas e Troféus:

Mérito do Município de Santo André.

Mérito do Município de Dourados/MS.

Mérito Polícia Federal - Brasília /DF.

Professor Emérito das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo.

Colar do Mérito Judiciário, TJ - Macapá/AP.

Troféu Loba Romana, oferecido pela Assembléia Legislativa de São Paulo.

O curriculum vitae que anexamos ao presente comprova a sua contribuição cultural e suas ações em favor de obras de relevante valor social, além da participação ativa na defesa de postulados democráticos e instituições brasileiras, bem como da justiça da homenagem ora proposta, outorgando a este paulista o Título de Cidadão Honorário do Paraná, pelo seu trabalho em prol do País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, após fazer uma longa reflexão sobre os problemas de conflito fundiário em nosso Estado, tomou algumas deliberações.

Convocamos para amanhã, às 15:00 horas, após conversação com outras entidades da sociedade civil, partidos políticos que formam bloco de oposição no Paraná, uma reunião para formar no nosso Estado um comitê em defesa da reforma agrária e contra a violência no campo. Este comitê deve ser criado com a máxima urgência, porque temos receio que esta restauração conservadora que adquire ares fascistóides possa aprofundar no campo paranaense, retrocedendo com relação as atitudes que estavam sendo tomadas antes pelo governo, o processo de negociação que já estava avançado entre o MST e o Governo do Estado. As ocupações, para serem pacíficas, eram precedidas de ampla negociação, participando Deputados, entidades da sociedade civil, Procuradoria Pública, juizes, etc.

Sem dúvida nenhuma, de forma concatenada a reação se fortalece no país. Não só através das reportagens que se sucedem na imprensa nacional e estadual, nas rádios de cada canto, de cada cidade do Paraná, e em declarações duras de líderes e entidades de classe, principalmente entidades patronais ligadas a agricultura. Através dessas ações, se estabelece a instalação conservadora, e temos receio que a violência se aprofunde.

Queremos levantar uma série de questões sobre este problema. Primeiramente, a postura do Secretário de Segurança, que tem a ousadia, a desfaçatez de chegar em uma rádio de grande audiência aqui no Paraná e dizer que o massacre na Fazenda Saudade podia ter sido promovido pelos próprios sem-terra, para incriminar os ruralistas.

Ora, o Secretário de Estado, do qual se pressupõe uma postura de mínima neutralidade e imparcialidade, jamais pode dar uma declaração precipitada e que revela o lado em que ele está.

Primeiro, uma declaração absurda. No momento em que toda a imprensa paranaense divulgava que, cerca de 80 homens encapuzados, armados com armas de grosso calibre, escopetas, metralhadoras, pistolas, queimam todas as casas dos lavradores sem-terra, seus utensílios domésticos, deixam as pessoas que muito pouco têm, sem nada, perdidos pela cidade.



Agora, o Secretário tem a ousadia de dizer que isto é uma coisa feita pelos sem-terra, colocando claramente e mostrando mais uma vez essa face privatista dos Estados brasileiros e paranaense, onde parece haver uma intimidade muito forte entre o governo e os representantes dos grandes fazendeiros e do latifúndio do nosso Estado.

Nessa mesma senda, Sr. Presidente, é de se estranhar que o teor de declaração do Secretário seja idêntico ao teor de declarações do Deputado Abelardo Lupion, que incitava os fazendeiros a se armarem para violentar os trabalhadores sem-terra, inclusive está recebendo processo no Congresso Nacional, por parte dos nossos Deputados do PT. A declaração do Deputado Abelardo Lupion é idêntica a do Secretário. Idêntica a declaração do Presidente da UDR, da famigerada União Democrática Ruralista. Quem não se lembra do Sr. Caiado agitando a bandeira da reação, da injustiça social e da concentração da propriedade.

O Sr. Secretário de Segurança disse que, em Querência do Norte estava instalada uma República Independente do MST. O Sr. Abelardo Lupion e o Sr. Marcos Pochede, da UDR, faz declarações na mesma linha do Secretário de Segurança do Estado do Paraná, dizendo da instalação de Repúblicas Independentes do MST em outras áreas do Estado. Ou seja, fica claro, existe uma espécie de conluio entre o representante do governo, o representante dos latifundiários, as elites agrárias deste Estado.

Isso fica cada vez mais claro, esse conluio é articulado pela mídia, para tentar criminalizar o MST. Como se o MST fosse uma quadrilha, um bando de criminosos. Como se fosse o MST que inventasse a desigualdade e a injustiça social.

Todos sabemos que ao contrário, o MST é o reflexo da injustiça social. Ele, como um movimento que questiona com profundidade a injustiça no País. Nenhum País do mundo, não se deve cansar de repetir também isso - tem uma concentração da propriedade da terra tão grande como o Brasil. E se formos rever a nossa história, vamos verificar donde vem esta concentração.

Não foi pelo trabalho maior de alguns que se fizeram ricos e grandes proprietários. Toda a história do Brasil é uma história, é uma história de cativeiro da terra, desde as Capitâneas Hereditárias, dos Governos Gerais, onde grandes tratos de terra eram dados, apaniguados da Coroa Portuguesa,

quando o homem, a terra era livre, e ainda tinha a possibilidade de posse da terra sem dinheiro, para os pobres o homem era escravo. A escravidão existia no País. Quando se vai abolir a escravidão, se prepara a abolição da escravidão e se faz a terra cativa.

Além das terras de 1850, estabelece que só se pode adquirir terra no Brasil, as grandes áreas de terras devolutas, à medida que compramos, e é o escravo liberto não tem nada, ele jamais vai poder ter a terra.

E se pegarmos toda a nossa história. A época das Repúblicas dos Governadores, um grileiro de terra acontecia de todas as formas. O Lupion, Governador que era, avô do seu Abelardo, ficou conhecido no Paraná, na história paranaense, grilagem de terra.

Então, a concentração da propriedade historicamente não é justificada pelo trabalho maior de uso em relação aos outros, mas pela desigualdade, pela injustiça, pela lei dominada pelos poderosos. 2% dos grandes fazendeiros são donos da metade do Brasil. E o Governo nada faz. Apesar de ser aprovada a legislação de Rito Sumário, o Governo, a sua burocracia, não realiza a Reforma Agrária.

Uma terra considerada improdutiva e um Governo que podia, em 24 horas, se emitir na posse da terra e entregar aos posseiros, ele demora dias e dias, e o proprietário recorre na Justiça e a Reforma Agrária não acontece.

Daí, apesar da sua legalidade, que reconhecemos, extrai legitimidade, porque pressiona o Governo a realizar a Reforma Agrária, caso contrário não há Reforma Agrária. E quando se fala em violência do MST, precisa entender que violência do MST é ocupar um pedaço do globo terrestre sem atacar ninguém, apenas se apropria de um pedaço do terreno. Não quer tomar a terra de ninguém. Apropria-se, toma posse para forçar o Governo a pagar em títulos de dívida agrária ou em dinheiro vivo as terras objeto de reforma agrária, conforme a própria Constituição.

Então, se temos que entender que a ilegalidade no ato do MST, há legitimidade, enquanto os atos dos grandes fazendeiros, não há nem legitimidade e nem legalidade. E tristemente o Estado, vinculado aos interesses dos grandes proprietários, tendo em 26 sem-terra, em pouco tempo, e não prende nenhum grande fazendeiro, nem aquele que atira no lavrador. Esse não é preso. Os homens encapuzados que fazem o terror, incendiando os poucos pertencentes de lavradores pobres, esses não são presos, pelo contrário, se tem no-

tícia que comandante de polícia, o delegado, fazem comemoração junto com o representante do Estado, com a UDR, com Deputados e fazendeiros, com relação a este ato de terror praticado contra os lavradores que estavam ocupando a Fazenda Saudade.

E já antes, estes mesmos lavradores, vítimas da sanha do Governo do Estado, e que com muita luta, graças aos Deputados da Assembléia, conseguimos fazer com que o Governo recuasse, parasse de agredir com violência os lavradores sem-terra.

E infelizmente, hoje, começa, novamente, uma reação conservadora, em profundidade, tentando fazer a opinião pública utilizar do senso comum para aprofundar uma ideologia nefasta ao país.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós, enquanto Bancada do PT, tomamos como definição, hoje, de junto com outras entidades da sociedade civil, outros partidos políticos, criar um comitê em defesa da reforma agrária e contra a violência no campo. E achamos que medidas severas devem ser tomadas pelo Governo do Estado. Esse mesmo governo que prende - de forma ilegal - pessoas que pressupõem serem lideranças do movimento coletivo, organizado nacionalmente, este mesmo governo não toma nenhuma medida contra jagunços que assassinam pessoas pobres e indefesas. Nenhuma medida!

Delegados se negam a prender jagunços que fazem festa, dizendo que não têm condições de realizar tal ato. Mas sabem muito bem prender e criminalizar trabalhadores indefesos, que a única coisa que querem é dar um grito de rebeldia, para que seu grito seja ouvido e a reforma agrária aconteça no Brasil.

Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

**O Sr. Irineu Colombo** - Deputado Péricles, quero fazer algumas inserções, no sentido de complementar vossa manifestação.

O importante, é dizer que no Estado do Paraná, o Movimento dos Sem-Terra havia feito um acordo com o Governo do Estado. E cumpriu e cumpre o acordo com o Governo do Estado, na medida em que transfere, como deve ser, a responsabilidade de conduzir a reforma agrária ao Governo Federal.

Contudo, houve uma armação com a participação da televisão, com cenas chocantes, que nós da Bancada do PT repudiamos, aqui nesta Assembléia, em Jundiá do Sul. Essa armação criou um

clima para justificar todas as outras ações de forma incontida, levando a barbárie ao campo, mesmo o Movimento Sem-Terra ter distribuído nota apontando quem são as lideranças que torturaram os fazendeiros de Jundiá do Sul, apontando quem estava por trás daquele movimento - que não são sem-terra. Mesmo assim, os meios de comunicação, articulados pelo poder dominante, colocaram como sendo líderes do MST, sendo que o próprio cidadão afirmou na televisão que ele é filiado ao PSDB, e o outro é filiado ao PTB!

Mas isso tudo foi de forma articulada, para poder cometer as barbaries que estão cometendo em Palmas, que voltaram a cometer em Santa Izabel do Ivaí. Como se os problemas sociais fossem fáceis de colocar sob o tapete! Você tem um problema social em Santa Izabel do Ivaí, temos lá famílias passando fome, não tem onde colocar essas famílias. Não. Simplesmente retira da propriedade, jogam para um lado e está resolvido o problema. Não é! O Governo do Estado tem que assumir a responsabilidade. Se vai fazer a retirada do pessoal do campo, porque não concorda com a reforma agrária, que estabeleça, então, uma política de atendimento social, eficaz, com geração de emprego.

Aliás, desde o começo do Governo, disse que a reforma agrária viria através de Vilas Rurais. Seria interessante que nesses locais, de maneira urgente e urgentíssima, fizéssemos, então, um processo de implantação das vilas rurais, se essa fosse a solução.

Cabe dizer, ainda, que mesmo reconhecendo o aspecto ilegal, muitas vezes da ação do MST, articulada, organizada, com sede própria, lideranças identificadas, com recursos transparentes, com orientação ideológica, inequívoca.

Convém dizer que se for legal, porém, não é injusto. Porque o próprio jornal que tenho aqui na minha mão, jornal da Suíça, destaca: "pode ser ilegal, mas, com certeza, legítimo". E faz um trabalho completo do problema do Brasil. O problema do Brasil são os excluídos da terra. Porque a terra é como uma camisa que você reproduz numa fábrica. A terra é uma só, você não consegue reproduzir. E o problema da terra no Paraná tem história e tem nome, como Vossa Excelência está levantando desta tribuna.

O processo de distribuição da terra foi para os coronéis e os mandantes. Começou a truculência na década de 30, e na década de 40, com titulação dupla em área de terras, com privilégios a determinadas famílias

que hoje detêm o poder político por causa da distribuição de terra, da forma como usurparam do poder do Estado.

Então, temos que discutir sob bases históricas, sob bases econômicas e sob o ponto de vista do problema social. E o Estado do Paraná tem que dar resposta, sobretudo agora, que o governo faz parte do grupo dominante da política nacional.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Com aparte o Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Obrigado.

Creio, Deputado Péricles, Vossa Excelência, nesta tarde, aborda, seguramente, o tema que tem que ser discutido, e que esta Casa não pode deixar de se pronunciar.

Ainda ontem, recebi um telefonema aflito do Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Paraná, o nosso companheiro Roberto Baggio, extremamente preocupado com a posição do Governo do Estado do Paraná, externada na figura do Governador Jaime Lerner, nas suas declarações. O Governador, que há de se reconhecer, até este momento, depois do episódio de Santa Izabel do Ivaí, vinha agindo com cautela e com moderação, parece que tomou lado.

E temo, Deputado Péricles, pelas suas palavras, inclusive, ouvindo aqui o aparte do Deputado Colombo, é que a situação no Estado do Paraná é muito grave. Porque o episódio de Jundiá do Sul simbolizou para os gorilas, porque são gorilas aqueles que foram queimar 46 barracas de acampados da Fazenda Saudade, em Santa Izabel do Ivaí, significou, na verdade, uma violação dos símbolos nacionais. Porque não é possível que encapuzados, como se fosse Ku Kux Klan, hasteados à bandeira nacional e à bandeira do nosso Estado, cantassem o nosso hino, como se isto pudesse significar, na verdade, aquilo que espelha o símbolo da nacionalidade brasileira, que é nossa bandeira, e o compromisso que temos de ter numa Nação justa.

Acho que o Governo do Estado do Paraná, que controla a Polícia Civil e a Polícia Militar, não pode se omitir. Tem 21 trabalhadores rurais sem-terra presos, que estão sendo mandados prender pelo Secretário de Segurança Pública, o Cândido Manuel Martins de Oliveira, que aliás, alguns até acham que talvez pudessem estar em Santa

Izabel do Ivaí, neste momento de conflito, mas estão lá, impunes, aqueles que atearam fogo e que judiaram dos trabalhadores rurais.

Por isso, Deputado Péricles, esta Casa tem que estar solidária com o MST, mas, sobretudo, temos que cobrar do Governo do Estado uma postura firme contra estes bárbaros que cometeram e vão continuar cometendo, porque não há freio, esta violência contra os trabalhadores rurais.

Por isso que Vossa Excelência está absolutamente correto, do ponto de vista, inclusive, sociológico, na visão que faz, a leitura que faz, de que estamos vivendo, mas quero ser aqui muito pragmático e cobrar uma postura firme do Governo do Estado, para que a paz no campo, Deputado Valdir Rossoni, possa ser restabelecida, e que o Governador Jaime Lerner recobre a boa postura que tinha e que não deixe, na verdade, que anarquize o seu Governo, com uma postura extremamente conflituosa como esta que só desserve a sociedade paranaense.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado Romanelli.

Queria fazer umas colocações. Subimos à tribuna na semana passada, condenando um ato de lavradores sem-terra, que praticaram violência contra proprietários, e isso condenamos.

Agora, nos surpreendem algumas coisas. Nesse mesmo episódio em Jundiá do Sul, foram presos líderes dos trabalhadores sem-terra, inclusive aquele que tinha sido atirado por um jagunço, mas o jagunço, Deputado Colombo, não foi preso até hoje, ou seja, um governo completamente parcial, na tomada de posição, com relação ao conflito da terra. São 26 lavradores presos em 5 dias, e temos o direito e o dever de pedir a esta tribuna nesta Assembléia, a prisão de alguns senhores.

Achamos que o Presidente da UDR, Sr. Pochet, este deve ser preso pelo Governo do Paraná, porque ele assume a responsabilidade por um ato de terror contra as famílias indefesas, assim como deve ser preso o irmão do proprietário da Fazenda Saudade, que é uma fazenda sub-judice - o INCRA recorreu na justiça para desapropriar - que também assume o atentado que fez, ato de terror contra as famílias.

Exigimos do governo, que tenha imparcialidade, que tome medidas corretas para impedir a violência do campo, e não fique mancomunado com proprietários que realizam violência contra pessoas pobres, que nada têm. Te-

mos o direito de exigir e assim o fazemos desta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, estamos entrando com requerimento, nos seguintes termos: "os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja formada uma Comissão Parlamentar, composta de um membro de cada partido com assento nesta Casa, para acompanhar o conflito ocorrido em Santa Izabel do Oeste, e que cerca de 80 homens, e que cerca de 80 homens encapuzados promoveram o despejo de 52 famílias sem-terra, na madrugada de ontem, queimando as casas dos sem-terra, com todos os seus pertences. O presente requerimento justifica-se pela necessidade de uma intermediação política no conflito, em face da tensão e gravidade da situação que se instalou na região".

Tenho certeza que os Deputados do Paraná saberão ouvir a voz do seu coração a favor da justiça social e da reforma agrária e aprovar este requerimento, para que não deixemos que uma restauração conservadora e fascista se instaure em nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem) - Só queríamos anunciar a presença da Vereadora Dalila, de Assis Chateaubriand, e da professora Diretora do Colégio Teotônio Vilela, a Josefina de Souza, também de Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência, se possível, as notas taquigráficas do pronunciamento do Deputado Romanelli, da semana passada, porque se não me falha a memória, está havendo contradição no pronunciamento do Deputado Romanelli, porque na semana passada ele pediu que o Governo do Estado agisse com rigor, e hoje, pelo que vi, ouvi outro pronunciamento.

Gostaria de requerer a Vossa Excelência as notas taquigráficas dos dois pronunciamentos, para ver se consigo me situar e poder depois responder o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para dizer o seguinte: que em primeiro lugar já tinha oferecido ao Deputado Valdir Rossoni todas, rigorosamente todas as notas taquigráficas do que falei. Mas, mais do que isto, quero

dizer o seguinte: veja como é que se trai um líder de governo, porque pensei que quem tivesse agido agora em Santa Izabel do Ivaí, haviam sido os gorilas organizados pelos ruralistas, mas se Vossa Excelência está dizendo que foi o Governo que agiu com rigor em Santa Izabel do Ivaí, flagra-me saber, fico aqui profundamente entristecido de saber que Vossa Excelência vem aqui denunciar o governo. Surpreendo-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Notas taquigráficas para o Deputado Valdir Rossoni, e as explicações para o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Com a palavra, o ilustre Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. VALDIR ROSSONI - O ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli está querendo colocar na minha boca, palavras...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vossa Excelência acabou de falar isso.

As notas taquigráficas estão aí para registrar o que Vossa Excelência diz.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como sempre, ouvimos com muita atenção os pronunciamentos feitos nesta Casa. E ouvimos, agora, a velha história, de uma parte do PT que se aproveita de situações realizadas pelo Governo Federal, querendo jogar a culpa no Secretário de Segurança, querendo jogar a culpa no Sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, é evidente que o Governador do Estado tem que governar, é evidente que o Secretário de Segurança tem que dar segurança a todos os paranaenses, sob pena de uma rainha qualquer vir mandar neste País. Sob pena, Sr. Presidente, de ninguém mais ter segurança, nem no campo, nem na cidade.

Recordo, Deputado Anibal Khury, Presidente, Srs. Deputados, quando resolvemos o problema de invasões, fomentadas por uma parte do PT, em Curitiba. Invasões com promessas de tudo, com água encanada, pelo então Governador do Estado. Invasões que mexeram, e mexem, com a segurança da água potável de Curitiba.

Esse negócio de Deputado, de Vereador, vir dizer que estão batendo no coitadinho, ele que se vista de cidadão e não deixe invadir uma fazenda

produtiva, para ver se ele não apanha também.

Está cheio de rainhas neste País, na falta de homem macho, mesmo. Tem as rainhas da vida, que se travestem de mandadoras deste País. Este País, não é, este Estado não é de criminosos. Este Estado é uma Assembléia, Sr. Presidente, a qual vou pedir, através de requerimento, que se faça uma Comissão para se cadastrar esses engenheiros frustrados, esses dentistas frustrados, esses médicos frustrados, que se vestem de sem-terra, não são sem-terra, são sem vergonha na cara. Esta é a verdade.

Fico, diariamente, de segunda a quinta, sou o primeiro a chegar na Assembléia, escutando esta voz, parecida com uma voz que já conheço, do Senado da República, uma voz fanhosa, rancozosa e mentirosa, querendo dizer: "o Sr. Secretário de Segurança está sendo forte demais. Não entendo, sinceramente não entendo! Não entendo e desafio a estes Deputados a apresentarem soluções melhores do que: primeiro, se cadastrar os sem-terra do Paraná.

Vamos parar de receber nordestinos, vamos parar de receber sergipano, que aqui vem porque diz que aqui pode invadir, que é fácil. Esta terra tem dono. E não vai ser assim, não vai ser enganada, mais uma vez, essa população, que realmente precisa de condições para produzir.

Quantos tratores estão financiados e vão ser tomados até o fim do ano. Quantas invasões estão ocorrendo perto da Lapa, em áreas de 10, 15, 20 alqueires, quanta chantagem política estão fazendo, pensando que se tem que ficar quieto.

Aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães** - Nobre Deputado, escuto o seu pronunciamento, como escutei também o pronunciamento dos Deputados do PMDB, dos representantes do PT, o pronunciamento do Deputado Péricles.

Hoje, temos dentro do nosso Estado, uma possível aliança entre o PMDB e o PT, e quero voltar agora ao passado e aqueles Deputados que exerceram o mandato durante o Governo Requião, podem se lembrar muito bem, de quando a Polícia Militar do Paraná, por intermédio de uma autorização do Governador do Estado, tiveram um conflito em Campo Bonito, aonde o Governo do Estado do Paraná, inicialmente, teve uma baixa de seus policiais, que os sem-terra vieram, atiraram e acabaram ali cei-

fando algumas vidas. Depois, estes mesmos policiais atacaram e acabaram matando um líder daquele movimento sem-terra na época, e se não me engano, o nome dele era Teixeira.

Então, vejo hoje um discurso completamente diferente daquele discurso que no Governo anterior, no governo do Sr. Governador da época Roberto Requião, hoje Senador da República, que mandou fazer com que a polícia fosse, e até mesmo acontecesse aquilo que nenhum de nós queremos, ceifando e matando uma pessoa deste movimento da época.

Então, não entendo o discurso do passado e o discurso do presente, completamente diferente a maneira como se agiu no passado, daquilo que se fala hoje da nossa Assembléia Legislativa, as pessoas que compunham a Bancada Governista na época, e automaticamente o PT de um lado, e o PMDB do outro, e hoje os dois com o mesmo discurso dentro desta Casa.

Quero deixar claro que somos a favor da Reforma Agrária em terras improdutivas, que este nosso País tem muitas. Esta posição defendo e quero aqui parabenizar o Candinho, Secretário de Segurança, que começa a cumprir, através de uma autorização que o Governador Jaime Lerner fez e declarou, depois de uma reunião, que foi firmado um acordo entre Governo e Movimento Sem-Terra, no Palácio Iguaçu, que participei, que não haveriam mais invasões de terra dentro do Estado. O MST não cumpriu este acordo, rompeu no meio do caminho e a partir disso, o Governo do Estado do Paraná começa a pedir para que a Polícia aja com força e energia, cumprindo as reintegrações de posse que o Poder Judiciário tem dado.

Parabéns ao Governo do Estado do Paraná e ao Secretário de Segurança.

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Srs. Deputados, é evidente que não estou aqui para agredir a posição ideológica dos Deputados do PMDB ou do PT, a quem defendemos o direito de discordar, nem defendendo a posição ideológica de ninguém. O que estamos defendendo é que esta Assembléia Legislativa, pra valer mesmo, tem que apresentar soluções. Proponho-me, submeto-me ao Plenário, apresentando alguns projetos de lei urgentes, para, primeiro se cadastrar os sem-terra do Paraná; segundo, se viabilizar recursos dentro do orçamento, para que o Governo do Estado, para que os governos dos municípios, na falta do Governo Federal, possam

fazer a Reforma Agrária dentro do que se pretende, dentro do Paraná.

Agora, este negócio de muito discurso, de muita conversa fiada, enche o saco de todo mundo, perdoe-me a palavra, até daquela pobrezinha, daquele pobrezinho descamisado, que hoje carrega uma bandeira, ao lado do Requião, ontem carregava uma bandeira contra o Requião, hoje carrega uma bandeira, está a favor do Candinho, quando não cumpre a lei; está contra o Candinho, quando ele está fazendo a sua função. Isto é brincadeira!

Com o aparte o Deputado Irineu Colombo.

**O Sr. Irineu Colombo** - Deputado Horácio Rodrigues, agradecendo o aparte, quero dizer a Vossa Excelência que os mouros, quando ocuparam o sul da Península Ibérica, Espanha e Portugal, a transmissão do conhecimento do Alcorão, se dava através do verso de uma das formas, para que eles não continuassem se organizando, enquanto comunidades árabes que eram, que o Alcorão é uma legislação. Ao mesmo tempo que é uma regra religiosa, é também uma legislação na cultura árabe...

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Os Dez Mandamentos da Igreja Católica também são uma legislação.

**O Sr. Irineu Colombo** - Sim. A forma e o Estado Árabe eram organizados sob a pauta do Alcorão. E a forma que os cristãos encontravam de fazer com que eles não mais fizessem as transformações que estavam fazendo, era cortar a língua...

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Então que não se corte a nossa, e que se leia "cabeça de vaca", e Vossa Excelência vai conhecer um pouco da colonização do Paraná.

**O Sr. Irineu Colombo** - Sou professor de história, e conheço toda a história do Paraná.  
(Vozes paralelas)

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli** - Deputado Colombo, só para dizer que os Dez Mandamentos são dos Antigo Testamento, e servem de base para o Alcorão e todas as outras.

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Vossa Excelência, como o Senador Requião, é profundamente religioso.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli** - Tenho seguido os seus ensinamentos, Excelência.

**O Sr. Irineu Colombo** - E a palavra, para nós da esquerda, é a palavra que tem o mesmo valor para as culturas na transmissão dos valores, porque temos uma cultura de esquerda e essa cultura é inequívoca, e é manifestada a todo o momento.

Em segundo lugar, entendemos que não podemos transformar o Paraná num país, porque a Reforma Agrária continua sendo de responsabilidade do Governo Federal. Então, o cadastro tem que ser dos brasileiros. Todo brasileiro tem direito a Reforma Agrária.

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Direito de ir e vir, claro.

**O Sr. Irineu Colombo** - Exatamente, porque senão vamos começar a criar critérios de cadastro para empresas que vierem ao Paraná, só emprego para paranaenses.

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Mas, professor, não é o Alcorão que diz "faz primeiro para o teu vizinho", você diz que não tem nada a ver com isto. Depois para teu irmão, você não tem nada a ver com isto. Quando fazem para você, você chia, parece-me que é no Alcorão, não é?

**O Sr. Irineu Colombo** - Não é isto que estou falando, Deputado. Estou me remetendo à questão da brasilidade.

O Estado do Paraná não pode ser um Estado autônomo e murado. A Reforma Agrária não é um problema do Paraná. E convém ressaltar, a Reforma Agrária se produz resultado. Talvez a experiência que Vossa Excelência tenha presenciado é da experiência por ocupação não do MST, que estou me referindo a questões urbanas, mas todas as ocupações do MST, regularizadas, ou por regularizar todas elas, o cadastro, inclusive, estudo da FAEP, 90% dos agricultores das famílias assentadas, estão com padrão superior de qualidade de vida. Talvez não tanto de renda, mas qualidade de vida porque está produzindo uma mandioca para comer, um arroz, um feijão, cria um porquinho, produz o milho, tem uma escola, um posto de saúde, e assim por diante.

E seria interessante pensarmos no efeito prático. Aí, se trabalharmos só a nível de discurso, evidentemente que vamos cair no debate puramente ideológico, que não leva a lugar nenhum.



Agora, temos que ver a prática. O Deputado Augustinho Zucchi é conhecedor, está num partido que não é de esquerda, conhecedor das ocupações regularizadas, onde a Reforma Agrária aconteceu, o padrão de vida das pessoas assentadas melhorou, e a própria comunidade, como Laranjal, Palmital, Nova Cantú, agora Rio Bonito do Iguaçu, que vai ter um incremento formidável na arrecadação e também na produção agrícola com os assentamentos.

Há pouco tempo, no ano passado, Vossa Excelência não tinha tomado assento nesta Assembléia, tivemos depoimento do Prefeito do PPB, e que veio dar o testemunho de que no início da sua cidade, Querência do Norte, no início, os comerciantes eram contra a ocupação do Movimento Sem-Terra, dos sem-terra que vinham esfarrapados, com os dentes pela metade, então o pessoal meio contra. Agora, eles adoram os sem-terra, porque começaram a produzir, comprar no comércio, dar vigor ao município.

Esta é a face que tem que ser reverenciada. São os brasileiros que estão trabalhando e produzindo, lavrando, abrindo o chão, plantando a semente, não só a semente da planta, do milho, do arroz e feijão, mas a semente da esperança, da qualidade de vida, para que não venham nas nossas cidades, pular o muro das nossas casas e nos assaltar, para que não venham para a cidade disputar o desemprego. É esta a prática, a estatística que temos que trazer para a Assembléia.

E isto seria interessante até, Deputado, já que o senhor está propondo a prática, de fazer uma Comissão para levantar dados estatísticos da eficiência da reforma agrária ou não, no Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Quero apartear-lo também, vou ocupar o horário do PFL, e Vossa Excelência poderia continuar este debate.

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Agradeço a aula retórica do senhor professor, e agora já sei aonde posso sentar, ao lado dele, para que possamos estudar um pouquinho de história do Brasil, que, sem falsa modéstia, conheço profundamente, desde a senzala, desde que o meu avô foi alimentado pelo seio de uma negra. Conheço, li, estudei, não quero ofender ninguém, mas já estou cansado desta aula de retórica e pouca ação.

Então, vamos fazer como aquele ex-Ministro falava: "mais ação e pouca conversa".

Um aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Queria só fazer uma reflexão, aqui, se os senhores me permitem.

Na época do Senador Roberto Requião, quando era Governador do Paraná, houve uma invasão numa determinada região, e os sem-terra, naquela época, mataram três policiais, depois houve uma revanche, onde foi morto o líder dos sem-terra. Até hoje, o Secretário Joni Varisco continua sendo processado pelo Governador Roberto Requião, e o Joni Varisco também processando.

**O SR. HORÁCIO RODRIGUES** - Vossa Excelência permite um rápido contra-aparte, só para dizer que o que deu certo no Movimento Sem-Terra, que é conhecido, é a sem-terra que pousou nua na Playboy.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Então, tenho acompanhado a invasão lá em Jundiá. Fiquei estarecido, porque aquele senhor que foi espancado por aquele movimento que não é dos sem-terra, mas é sem-terra, está na Capital com problema grave na cabeça, problema no crânio. E houve essa invasão dos ruralistas, lá. Duas pessoas não foram queimadas, em absoluto, sofreram algumas lesões.

Gostaria, Deputado Horácio, de perguntar, se alguém pudesse me responder: quantas pessoas precisam de terra no Brasil? Porque ouço a Rede Globo, a CNT, o SBT, ouço a Rede Record, o Boris Casoy, ouço a Rede Bandeirantes, ouço todo dia: "vão ser desapropriados não sei quantos mil quilômetros de terra, não sei quantos mil hectares de terra. Vai haver assentamento, não sei quantas milhares de pessoas". E continua tudo a mesma coisa, sempre a mesma coisa. Estão desapropriando e continuam as invasões, continua a guerra, continua a violência, continua a miséria.

Então, não estou entendendo o que está acontecendo no Brasil. Hoje, cheguei a uma conclusão, depois do que vi ontem, na fazenda lá de Santa Izabel do Ivaí. Mas fiz uma comparação: os sem-terra invadiram a Fazenda em Jundiá, quebraram todo mundo no pau, no cacete, foi uma violência tamanha que fiquei estarecido. Agora, vejo o que aconteceu, ontem, dois feridos.



Então, você vê de um lado os ruralistas, de outro lado o Movimento Sem-Terra. Ouço a televisão, vejo um senhor, não me lembro o nome, dizendo que tem que invadir as farmácias, quem não tem remédio. Quem não tiver dinheiro, tem que invadir os Bancos. Que não estiver satisfeito com o Poder Judiciário, que invada os fóruns.

Então, fico pensando: e quando começarem invadir os apartamentos nas praias de todo o Brasil, que estão abandonados, você chegar lá e encontrar um cidadão morando no seu apartamento. Não entendo, acho que tem que haver uma legislação, Deputado Nerone, neste País. Uma legislação feita em Brasília.

Está certo o Deputado Horácio, os senhores também têm um lado certo, mas o Deputado Horácio está certo, tem que haver uma legislação neste País, alguém tem que falar, quantos sem-terra? Quantos alqueires precisa? Agora, não adianta colocar lá dentro, se não tem trator para arar, se não tem adubo, se não tem financiamento!

Então, dá para entender que é um jogo político que tem neste País. Confesso aos senhores que estou perdido, não entendo, não sou burro, não sou analfabeto, não entendo...

Agora, é a mesma coisa que se eu chegasse em casa e encontrasse uma pessoa invadindo o meu apartamento, vou meter bala mesmo! É meu, paguei, não roubei! Não vou permitir que invadam aquilo que é meu! Não vou admitir! Não vou! Seja lá quem for, não vai entrar no quintal da minha casa! Porque se entrar no quintal, eles vão acabar dormindo com a minha mulher! Se eles entram no quintal, vão entrar na sala, na cozinha e vão acabar metendo a máquina na boca da minha mulher, vou perder a mulher, o papagaio, o cachorro e o diabo que o carregue...

Dá licença, deixe eu falar. É uma reflexão que estou fazendo, não tenho o direito de invadir a casa do Sr. Romanelli, do Deputado Horácio, a fazenda do Deputado Annibelli, não tenho o direito de invadir a casa de ninguém, não tenho o direito! Não tenho!

Acho, Deputado Horácio, Deputado Emerson, que é meu amigo, Deputado Romanelli, tem que haver uma legislação lá em cima, meu Deus do céu! Acabar com este negócio de guerra, de dar tiro um no outro, vamos parar com esta bandalheira que está acontecendo. Vamos parar!

Outra coisa, não se acaba com a violência no Brasil, não existe Deputado Horácio, eu, Deputado Anibal, os senhores, nem o Candinho, nem o Gover-

nador, nem o Secretário da Justiça, nem a Polícia Federal, estadual, municipal, temos tanta polícia que até me esqueço os nomes das polícias que tem por aí. É tanta polícia, ninguém vai acabar com a violência, se não acabarmos com a miséria neste País. O dia em que se acabar com a miséria neste País, se acaba com a violência! Esta é a verdade.

Meu parabéns a Vossa Excelência. É um desabafo, porque não estou entendendo absolutamente nada do que está acontecendo neste País.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Muito obrigado, nobre Deputado.

Antes de conceder o aparte a Vossa Excelência, Deputado Nerone, queria dizer, pura e simplesmente, que o discurso é muito bonito, mas o lavrador com terra, o pequeno lavrador, tem muito mais papagaio do que o Deputado Alborghetti. Está cheio de papagaio, porque não pode pagar. E não é culpa do Governo do Estado, é do Governo Federal. Talvez seja o Governo do Estado, também, porque afinal de contas, o Banco do Estado funcionou tanto tempo sem banqueiro, e o Banco não tem banqueiro, tem que fechar mesmo.

O Sr. Emerson Nerone - Obrigado pelo aparte, Deputado Horácio.

Para até interromper este círculo vicioso de gente saindo de suas propriedades por não ter dinheiro para financiamento, temos tramitando nesta Casa, parado no processo legislativo, um projeto de lei que se chama Fundo de Amparo à Agricultura Familiar - o FUNDAP, que é uma proposta de criação de um Fundo específico para financiamento da pequena propriedade, com juros diferenciados. Aliás, juros diferenciados não no molde socialista, no molde capitalista alemão, sueco, países que têm, com muita tranquilidade. E todo mundo sabe que são extremamente capitalistas, e têm financiamentos diferenciados para o pequeno, para o médio e para o grande agricultor.

Não temos isso a nível de Paraná e de Brasil. Tínhamos durante o "Panela Cheia". Não sei se funcionava ou não, mas havia uma tentativa de uma política agrária diferenciada.

Enquanto não votamos uma proposta que direcione, que comece a dar substância a uma política agrária, continuaremos vendo pessoas largando as suas propriedades, vindo para a cidade e depois voltando a engrossar as fileiras dos sem-terra deste País.

Segundo, há uma diferença, o Deputado Alborghetti, muito feliz na sua

colocação, dizia de um lado os ruralistas, os proprietários de terra; do outro lado as pessoas do Movimento Sem-Terra, e entre os sem-terra, há uma divisão muito clara daqueles que fazem parte do MST, de um movimento que historicamente nunca invadiu uma propriedade que não estivesse "sub judice" ou com uma efetivação da Reforma Agrária, já destinada pelo INCRA. Não há testemunho contra o MST, de invasões. Há, sim, ocupações de propriedades que são, de alguma forma, já destinadas à Reforma Agrária, ou improdutivas.

Terceiro, Deputado Horácio. O grande problema da Reforma Agrária hoje, no Brasil, o grande celeiro das intrigas neste País, chama-se Pontal do Paranapanema.

Nunca vi Deputado ligado ao PFL, nunca vi Deputados ligados ao Governo Federal levantarem nesta tribuna, e dizer o seguinte: "terra devoluta, terras do governo não podem ser apropriadas por fazendeiros". As terras do Pontal do Paranapanema são todas devolutas, Deputado Alborghetti. As terras do Pontal do Paranapanema, o maior problema fundiário do País são todas as terras do governo, que fazendeiros, usineiros, se apropriaram, construíram piscina, construíram recantos, produziram, colocaram bois em cima, mas ela continua sendo terra do governo. Eles invadiram essas terras do governo, criaram uma história em cima dessas terras. Obviamente, embasados em informações privilegiadas.

No momento em que o Governo Federal fizer uma Reforma Agrária, ele tem que começar pelas suas terras, e as suas terras, hoje, estão invadidas por fazendeiros.

Nunca vi gente do governo subir nesta tribuna, ou gente do governo dizer que o governo tem que tirar essas pessoas, porque isso é invasão de uma propriedade que tem muito mais força do que a propriedade privada, que é a propriedade coletiva, que é a invasão da propriedade do Estado. E quando se invade uma propriedade do Estado, Deputado Alborghetti, se invade a possibilidade do governo de transformar essa Reforma Agrária numa realidade.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Vossa Excelência ainda não tinha visto. Subi nesta tribuna dizendo isso.

O Sr. Emerson Merone - Gostaria que alguém subisse nesta tribuna e dissesse assim: que a Polícia do Paraná se una à Polícia de São Paulo, e

tire aqueles fazendeiros, baderneiros, invasores de terra do governo, porque essas terras são terras coletivas, eles não têm o direito de estarem lá. E temos o maior problema fundiário, justamente numa terra que é do governo. É óbvio que a polícia, que é comandada por essas pessoas ligadas aos usineiros, aos grandes agropecuaristas deste País, não vai tirar esses fazendeiros de lá. Eles conseguem tirar, na calada da noite, encapuzados, como em Querência do Norte, ao questionarmos lá o Comandante Lara, ele nos disse que faria uma investigação, porque esse caso desses encapuzados já havia acontecido no mês de julho lá em Santa Izabel. E o Comandante Lara não fez isso. É por isso que acaba virando essa baderna, por incompetência política de quem administra este Estado e este País.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, só vou encerrando, dizendo aqui, em claro, alto e bom som: nem o capuz, nem a bandeira vermelha são verde e amarelos. Não têm, ao meu ver, credibilidade!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

PFL. PTB. PPB. PSDB. Liderança do Governo.

(Todos declinam)

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o artigo 42 da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 146, de 15.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 451/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, tem por objetivo alterar o artigo 42 da Lei 7297/80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação, portanto apresentamos parecer favorável ao seu encaminhamento à Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 146, de 15.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 450/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo alterar a estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 450/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, objetiva alterar a estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Fundamentação

Tal propositura já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, merecendo parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, concorda com o parecer da Comissão supracitada.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Florai. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 127, de 21.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 399/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Florai/PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/97, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Mil Faces, com sede no Município de Medianeira/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 389/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Irineu Colombo, visa declarar de Utilidade Pública o Grupo Teatral Mil Faces, com sede e foro no Município de Medianeira - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora do Centro de Educação para Excepcionais do Município de Godoy Moreira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 367/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reny Borsatto, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora do Centro de Educação para Excepcionais do Município de Godoy Moreira, com sede e foro no Município de Godoy Moreira, Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, AO  
PROJETO DE LEI Nº 367/97

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Godoy Moreira, com sede no Município de Godoy Moreira e foro no Município de São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Alto Boqueirão - BENE, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 234/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Alto Boqueirão - BENE, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/97, que aprova ajuste no Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender as obras do Programa Corredores Rodoviários do Paraná / BIB IV. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilida-

de Pública o Recanto de Menores Imaculada Conceição, com sede e foro na Cidade de Florai. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Nosso Lar, com sede no Município de Pinhais e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação da Escola de Campo - Casa Familiar Rural, do Bairro dos França, com sede e foro no Município de Ortigueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Ação Social de Foz do Iguaçu - PROVOPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/97, de autoria do Poder Executivo - 038/97. Fica o P.E. autorizado a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica, até o valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) para execução do Programa de Saneamento - Pró-Saneamento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 409/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública o SINDARSPEN - Sindicato dos Agentes do Sistema Penitenciário do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 27.08.97).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 364/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais - APAE, de Alvorada do Sul - PR. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/97, de autoria do Deputado Wal-mor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Mandiocaba, no Município de Paranavaí. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.97).**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2085-J3, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, com apoia-mentos dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti e Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 2085-L3, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-M3, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2085-N3, 2085-U3, 2085-V3 e 2085-W3, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085-Q1, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2085-Y3, 2085-T3 e 2085-X3, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 368 e 376/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei  
nºs 381, 406, 407, 450 e 451/97.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária,  
para quinta-feira, dia 18, às  
dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei

nºs 010, 075 e 400/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei  
nºs 234, 367, 389 e 399/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei  
nº 360/97.

Levanta-se a sessão.